

Honorários advocatícios e lavagem de dinheiro: o desafio ético do advogado

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | outubro 9, 2024



Introdução

O recebimento de honorários pelo advogado em casos de lavagem de dinheiro é um tema que suscita debates éticos e jurídicos. Afinal, como distinguir entre a legítima remuneração pelos serviços prestados e a eventual participação, ainda que involuntária, em esquemas de branqueamento de capitais.

A origem lícita dos honorários e o dever do advogado

O advogado tem o dever de declarar a origem lícita dos valores utilizados para o pagamento de seus honorários, conforme dispõe o Projeto de Lei n.º 5.124/2020 ([fonte](#)). Essa medida visa evitar que o profissional, mesmo sem intenção, acabe contribuindo para a legitimação de recursos provenientes de atividades criminosas.

A questão da tipicidade da conduta

na lei brasileira

Um ponto crucial nessa discussão é a tipicidade da conduta de recebimento de honorários maculados na lei brasileira. Para que haja crime de lavagem, é necessário que o advogado tenha ciência prévia da origem ilícita dos valores e, ainda assim, proceda com a ocultação ou dissimulação ([fonte](#)).

O princípio da confiança e a boa-fé do advogado

O advogado, no exercício de sua profissão, está amparado pelo princípio da confiança, que presume sua boa-fé no recebimento de honorários. No entanto, se houver fundadas suspeitas sobre a origem ilícita dos recursos, o profissional deve adotar medidas de compliance e, em último caso, recusar o patrocínio da causa ([fonte](#)).

A importância da efetiva prestação dos serviços advocatícios



Um aspecto relevante a ser considerado é a efetiva prestação dos serviços advocatícios. Se o advogado de fato atuou na defesa do cliente, o recebimento dos honorários, por si só, não configura crime de lavagem de dinheiro, mesmo que posteriormente se descubra a origem ilícita dos recursos ([fonte](#)).

Considerações finais

O recebimento de honorários pelo advogado em casos de lavagem de dinheiro é um tema complexo que exige reflexão ética e jurídica. O profissional deve estar atento à origem dos recursos que recebe, adotando medidas de compliance quando necessário. Ao mesmo tempo, é fundamental que se preserve a presunção de boa-fé do advogado e o direito à ampla defesa do cliente, pilares essenciais do Estado Democrático de Direito ([fonte](#)).

Aqui está uma FAQ baseada no artigo sobre honorários advocatícios e lavagem de dinheiro:

FAQ – Honorários Advocatícios e Lavagem de Dinheiro

1. O que são honorários advocatícios?

Honorários advocatícios são os valores pagos ao advogado pelos serviços prestados na representação legal de um cliente, podendo ser fixados por contrato ou determinados por lei.

2. Como a lavagem de dinheiro se relaciona com os honorários advocatícios?

A lavagem de dinheiro envolve a ocultação da origem ilícita de recursos financeiros. O advogado deve ter cuidado ao receber honorários para garantir que os valores não provenham de atividades criminosas, evitando assim a possível complicidade em lavagem de dinheiro.

3. Quais são os deveres do advogado em relação à origem dos

honorários?

O advogado tem a obrigação de verificar a origem lícita dos valores recebidos como honorários, conforme estipulado no Projeto de Lei nº 5.124/2020, que visa prevenir que profissionais da advocacia se tornem involuntariamente instrumentos de lavagem de dinheiro.

4. O que caracteriza a lavagem de dinheiro na prática advocatícia?

Para que haja caracterização de lavagem de dinheiro, é necessário que o advogado tenha ciência da origem ilícita dos valores e, mesmo assim, atue para ocultá-los ou dissimulá-los. A simples recepção de honorários, sem conhecimento da origem, não configura crime.

5. Quais medidas o advogado deve adotar para evitar problemas relacionados à lavagem de dinheiro?

Os advogados devem implementar medidas de compliance, que incluem a análise da origem dos recursos, a recusa de patrocínio em casos que levantem suspeitas e a manutenção de registros adequados das transações financeiras.

6. O que acontece se um advogado receber honorários de origem ilícita?

Se um advogado receber honorários de origem ilícita, ele pode ser responsabilizado criminalmente por lavagem de dinheiro, além de enfrentar sanções éticas e disciplinares na sua profissão.

7. Como a ética profissional se relaciona com a questão dos honorários e lavagem de dinheiro?

A ética profissional exige que os advogados atuem com integridade, o que inclui a responsabilidade de não aceitar honorários que possam estar associados a atividades criminosas, protegendo assim a reputação da profissão e a confiança do público.

8. Qual é o papel da advocacia na luta contra a lavagem de

dinheiro?

Os advogados desempenham um papel crucial na identificação e denúncia de atividades suspeitas, contribuindo para a integridade do sistema financeiro e jurídico, além de promover a justiça e a legalidade.

Essas perguntas e respostas oferecem uma visão clara sobre a relação entre honorários advocatícios e lavagem de dinheiro, destacando a responsabilidade ética dos advogados e as medidas que devem ser adotadas para evitar complicações legais. Aqui está uma FAQ baseada no artigo sobre honorários advocatícios e lavagem de dinheiro:

FAQ – Honorários Advocatícios e Lavagem de Dinheiro

1. O que são honorários advocatícios?

Honorários advocatícios são os valores pagos ao advogado pelos serviços prestados na representação legal de um cliente, podendo ser fixados por contrato ou determinados por lei.

2. Como a lavagem de dinheiro se relaciona com os honorários advocatícios?

A lavagem de dinheiro envolve a ocultação da origem ilícita de recursos financeiros. O advogado deve ter cuidado ao receber honorários para garantir que os valores não provenham de atividades criminosas, evitando assim a possível complicidade em lavagem de dinheiro.

3. Quais são os deveres do advogado em relação à origem dos honorários?

O advogado tem a obrigação de verificar a origem lícita dos valores recebidos como honorários, conforme estipulado no Projeto de Lei nº 5.124/2020, que visa prevenir que profissionais da advocacia se tornem involuntariamente instrumentos de lavagem de dinheiro.

4. O que caracteriza a lavagem de dinheiro na prática

advocacia?

Para que haja caracterização de lavagem de dinheiro, é necessário que o advogado tenha ciência da origem ilícita dos valores e, mesmo assim, atue para ocultá-los ou dissimulá-los. A simples recepção de honorários, sem conhecimento da origem, não configura crime.

5. Quais medidas o advogado deve adotar para evitar problemas relacionados à lavagem de dinheiro?

Os advogados devem implementar medidas de compliance, que incluem a análise da origem dos recursos, a recusa de patrocínio em casos que levantem suspeitas e a manutenção de registros adequados das transações financeiras.

6. O que acontece se um advogado receber honorários de origem ilícita?

Se um advogado receber honorários de origem ilícita, ele pode ser responsabilizado criminalmente por lavagem de dinheiro, além de enfrentar sanções éticas e disciplinares na sua profissão.

7. Como a ética profissional se relaciona com a questão dos honorários e lavagem de dinheiro?

A ética profissional exige que os advogados atuem com integridade, o que inclui a responsabilidade de não aceitar honorários que possam estar associados a atividades criminosas, protegendo assim a reputação da profissão e a confiança do público.

8. Qual é o papel da advocacia na luta contra a lavagem de dinheiro?

Os advogados desempenham um papel crucial na identificação e denúncia de atividades suspeitas, contribuindo para a integridade do sistema financeiro e jurídico, além de promover a justiça e a legalidade.

Essas perguntas e respostas oferecem uma visão clara sobre a relação entre honorários advocatícios e lavagem de dinheiro,

destacando a responsabilidade ética dos advogados e as medidas que devem ser adotadas para evitar complicações legais.